http://dx.doi.org/10.22420/rde.v19i45.2705

Literatura de temática afro-brasileira:
fonte histórica para a efetivação da lei 10.639/2003

Afro-Brazilian literature:
historical source for the implementation of Law 10.639/2003

Literatura con temática afrobrasileña:
fuente histórica para la aplicación de la Ley 10.639/2003

KAREN KRISTINA ARAÚJO VASCONCELOS*
Universidade Federal do Acre, Rio Branco – AC, Brasil.

FLÁVIA RODRIGUES LIMA DA ROCHA**
Universidade Federal do Acre, Rio Branco – AC, Brasil.

RESUMO: Esta pesquisa trabalhou a Literatura de temática afro-brasileira como fonte histórica para a efetivação da Lei 10.639/2003 no Ensino de História, a partir das obras literárias Úrsula (1859), de Maria Firmina dos Reis, *Quarto de despejo – diário de uma favelada* (1960), de Carolina Maria de Jesus, e *Olhos d'água* (2014), de Conceição Evaristo, buscando romper com a historiografia que silencia e desestima a população negra. Traçou-se uma relação histórica entre as obras e a História do Brasil, utilizando a metodologia qualitativa, os estudos decoloniais de Catherine Walsh (2005) e a preparação de quadros como disposto no Currículo de Referência Único do Acre – Crua, destacando a Literatura como fonte historiográfica. Para embasamento teórico recorreu-se a Zeloí Santos (2007), José Barros (2019), Circe Bittencourt (2004), Eliane Debus (2017), Kabengele Munanga (2015), Nilma Gomes (2017) e Flávia Rocha (2022).

* Graduanda do curso de licenciatura em História na Universidade Federal do Acre. Membro permanente da Comissão de Heteroidentificação da Universidade Federal do Acre. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre. Atua no grupo de pesquisa: Ações Afirmativas nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Acre, e é bolsista no Programa Iniciação à Docência (Pibid) alocada no Núcleo 3 da área de História. *E-mail*: <karenkristinavasconcelos@gmail.com>.

** Doutora em Educação. Professora no curso de licenciatura em História, no Programa de Pós-Graduação do Ensino de História e no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Acre. Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre. *E-mail*: <flavia.rocha@ufac.br>.

Palavras-chave: Ensino de História. Literatura. História e cultura Afro-Brasileira.

ABSTRACT: This research explored Afro-Brazilian literature as a historical source for the implementation of Law 10.639/2003 in history teaching, using the literary works *Úrsula* (1859) by Maria Firmina dos Reis, *Quarto de despejo – diário de uma favelada* (1960) by Carolina Maria de Jesus, and *Olhos d'água* (2014) by Conceição Evaristo, seeking to break with the historiography that silences and underestimates the Black population. A historical relationship was established between the works and Brazilian history, using qualitative methodology, the decolonial studies of Catherine Walsh (2005), and the preparation of frameworks as outlined in Acre's Unified Reference Curriculum – Crua –, highlighting literature as a historiographical source. The authors Zeloí Santos (2007), José Barros (2019), Circe Bittencourt (2004), Eliane Debus (2017), Kabengele Munanga (2015), Nilma Gomes (2017) and Flávia Rocha (2022) were used as theoretical support.

Keywords: History teaching. Literature. Afro-Brazilian history and culture.

RESUMEN: Esta investigación exploró la literatura afrobrasileña como fuente histórica para la implementación de la Ley 10.639/2003 en la enseñanza de historia, basada en las obras literarias Úrsula (1859), de María Firmina dos Reis, *Quarto de despejo – diário de uma favelada* (1960), de Carolina María de Jesús, y *Olhos d'água* (2014), de Conceição Evaristo, que busca romper con la historiografía que silencia y devalúa a la población negra. Se estableció una relación histórica entre las obras y la historia de Brasil, utilizando una metodología cualitativa, los estudios decoloniales de Catherine Walsh (2005) y la preparación de marcos, como se describe en el *Currículo de Referência Única de Acre* (*CRUA*), destacando la literatura como fuente historiográfica. Para el apoyo teórico, recurrimos a Zeloí Santos (2007), José Barros (2019), Circe Bittencourt (2004), Eliane Debus (2017), Kabengele Munanga (2015), Nilma Gomes (2017) y Flávia Rocha (2022).

Palabras clave: Enseñanza de historia. Literatura. Historia y cultura afrobrasileña.

Introdução

Esta pesquisa tratou da relação entre História e Literatura, traçando um panorama da Literatura enquanto fonte histórica para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, a partir das obras literárias Úrsula (1859), de Maria Firmina dos Reis, *Quarto de despejo – diário de uma favelada* (1960), de Carolina Maria de Jesus, e *Olhos d'água* (2014), de Conceição Evaristo, utilizando a relação histórica entre as obras e a História do Brasil. Objetivou-se relacionar e compreender a Literatura de temática afro-brasileira como fonte histórica para o ensino de História a partir de obras escritas por mulheres negras em um determinado período histórico, desafiando assim a narrativa hegemônica que marginalizou suas experiências.

É notória a importância de trabalhar o contato frequente de jovens com personalidades e/ou personagens negros/as para ampliar as referências positivas e fomentar a identificação no conhecimento da diversidade étnico-racial do nosso país. Destaca-se, assim, a Lei 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN de 1996, tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio, em todos os componentes curriculares.

A partir disso, outros desdobramentos legais foram criados para o auxílio na implementação da Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003) na educação, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana – DCNERER (BRASIL, 2004) e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no Brasil (2013), conquistas essas que são fruto de anos incessantes de luta e debates do movimento negro, trazendo enfim uma das primeiras tentativas de educação democrática e a proposta de um ensino para todos/as – mas que também traz a reflexão de que, após mais de 400 anos da privação de sua liberdade e 137 de abolição, há apenas 21 anos temos uma lei que inclui o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas do Brasil. Kabengele Munanga (2015) discorre sobre a necessidade e a urgência de se estudar a história dos/das negros/as nas escolas do Brasil, pois tratar de ancestralidade se faz essencial quando encaramos um cenário em que jovens negros/as, por não estarem diariamente inclusos/as e representados/as em sua própria história, criam aversão a ela.

A História tradicional positivista sempre deu ênfase à história de 'vencedores/as' e das classes dominantes, deixando o conceito de documento histórico restrito às fontes estatais, renegando uma análise da História através de outros/as sujeitos/as. Desse modo, a partir da Nova História ganharam-se novos e maiores horizontes e surgiram novas fontes históricas; inevitavelmente, o conceito de documento histórico foi reformulado e ampliado. Zeloí Santos (2007) argumenta sobre a ampliação da produção intelectual dos/

das historiadores/as necessitando de novos territórios a serem explorados, visando temáticas originais e novas abordagens. Dessa forma, a Literatura ganha lugar enquanto fonte, pois possibilita entrever aspectos da realidade social e histórica de determinado fato.

A Literatura desempenha papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem como ferramenta pedagógica. Existem várias nuances que nos permitem utilizar a escrita literária, e nesta pesquisa ela será utilizada para o ensino de História como ferramenta da educação antirracista. A Literatura pode se relacionar de maneira determinante com a História, visto que ambas usufruem de um campo vasto para pesquisa, produção e investigação. Ao trazê-las para o âmbito da Educação das Relações Étnico-Raciais – ERER podemos utilizá-las para além dos serviços a uma elite para a qual foram inicialmente criadas, para ter liberdade de discorrer sobre as mazelas sociais e populações subalternizadas.

Eliane Debus (2018) destaca a importância da Literatura de temática afro-brasileira, especialmente infantil e juvenil, como ferramenta crucial para promover reflexões sobre práticas antirracistas e a valorização da diversidade étnico-racial. Assim, é válido afirmar que essa Literatura pode ser utilizada enquanto uma proposta de efetivação da Lei 10.630/2003 no ensino de História, pensando assim possibilidades para uma educação pública de qualidade e antirracista.

A proposta da Lei 10.639/2003 se faz determinante nesta pesquisa reforçando a necessidade de trabalhar aspectos da luta da população negra no Brasil e da cultura afro-brasileira. A História, aliada à Literatura, permite que os/as estudantes explorem diferentes áreas de conhecimento, incluindo gêneros literários como narrativas envoltas em temáticas raciais. É primordial que os/as educadores/as possibilitem a seus/suas discentes discussões sobre as matérias raciais que emergem das obras literárias, estabelecendo uma análise crítica na formação escolar, para que se vejam e se entendam como parte da população negra com orgulho.

Durante anos a Literatura foi parte essencial na minha formação como pessoa, pois pude me ver representada em cada história que lia, em cada personagem. Quando ingressei na Universidade Federal do Acre, no curso de Licenciatura em História (onde se encontra esta pesquisa), foi a primeira vez que me deparei com algo que nunca tinha notado: meus inúmeros privilégios como mulher branca. Conseguia me sentir representada, conseguia ver minha história sendo contada, mas infelizmente eu nunca tinha lido uma nenhuma história que representasse meus e minhas colegas negros/as.

Conheci e me juntei ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre – Neabi/Ufac, onde me foi apresentada a Lei 10.639/2003 e a ERER. Logo me encantei com a temática, me vi apaixonada pela História e pela cultura afro-brasileira, quando vi a possibilidade de trabalhar duas paixões minhas e aplicá-las à maior delas, o ensino de História. Esta pesquisa nasceu de paixões e amor por histórias, em consequência disso, através delas pretendo mostrar a meus futuros alunos e minhas

futuras alunas uma História contada a partir da população negra, para que, além de serem incluídos/as, sejam protagonistas.

Pesquisas como esta se fazem necessárias tendo em vista que a Literatura, além de ser usada como material didático, deve ser utilizada como uma ferramenta antirracista nas escolas, incentivando a promoção da igualdade racial, a partir de personagens que tragam representatividade para a população negra brasileira. Estudos como este fomentam a produção de materiais paradidáticos que tratam a população negra como personagem principal de sua história, possibilitando reconhecimento, pertencimento e aceitação de sua identidade étnico-racial. Ademais, é importante a quebra de paradigmas positivistas que trazem uma História única (ADICHIE, 2019), onde o/a branco/a é o/a protagonista ou a persona salvadora. A população negra brasileira se fez e faz presente diariamente na História do Brasil, e é urgente que possa falar e contar sua própria história.

É mister acrescentar que a História eurocentrada atravessa as mais diversas áreas acadêmicas, principalmente os referenciais teóricos com os quais os/as estudantes são incumbidos/as de trabalhar. A Literatura brasileira, por sua vez, é um dos campos mais densos em se tratando de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Tendo em vista o uso da Literatura 'clássica' para abordar as origens da História do Brasil, seu uso como fonte é frequente em pesquisas na área da historiografia brasileira. Neste estudo ela foi trabalhada a partir do que rege a Lei 10.639/2003, atrelada a um ensino de História que se baseie no ponto de vista da comunidade afro-brasileira, que é maioria, visto que corresponde a 55,5% da população brasileira, conforme o Censo Demográfico de 2022. Portanto é inconcebível que se permaneça trabalhando uma História e uma Literatura que sigam favorecendo grupos já privilegiados e deixem de fora a verdadeira maioria da população brasileira.

Destaca-se ainda o Currículo de Referência Único do Acre – Crua, documento que orienta a educação no estado, alinhado à Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Ele foi desenvolvido para garantir uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa para todos/as os/as estudantes do estado, desde a educação infantil até o ensino médio. Porém, o currículo é um grande campo de disputa e poder, e ao analisarmos os conteúdos de História, conseguimos notar ainda presente o poder da História europeia, deixando à margem a população negra, que continua sendo invisibilizada na História. Tratar a Literatura de temática afro-brasileira como fonte histórica é possibilitar rachaduras nesse currículo, para que a História da população negra seja tratada como narrativa central. Como destaca Beatriz Nascimento em sua obra *Uma História Feita por Mãos Negras* (2021), trazer a população negra para falar por si mesma e de sua própria história é indispensável, já que ao longo de mais de 400 anos suas vidas sempre foram vistas a partir do viés racista branco.

Metodologia

A proposta deste trabalho foi baseada em análise textual, com estudos que partem de conceitos e percursos metodológicos apoiados no método decolonial de pensar as relações étnico-raciais. Aplicando esses estudos ao que prediz a Lei 10.639/2003, trabalhou-se a Literatura de temática afro-brasileira como ferramenta didático-pedagógica para o ensino da História e a Cultura Afro-brasileira e Africana. O referencial teórico-metodológico traz os estudos de Luiz Fernandes de Oliveira e Vera Maria Ferrão Candau (2010), que destacam a importância de descolonizar o conhecimento e promover uma educação intercultural e crítica, na obra *Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil* (2010).

Segundo Catherine Walsh (2005) é necessário pensar essas relações considerando as lutas dos povos historicamente subalternizados, desvelando as relações de poder e dominação que permeiam as estruturas sociais e educacionais. Assim, esta pesquisa pretende contribuir para uma justiça epistêmica acerca dos saberes produzidos pela população negra.

A princípio foi realizado um levantamento bibliográfico de trabalhos já produzidos por outros/as pesquisadores/as nacionalmente, para que sejam discutidos e sirvam aqui de reflexão. Ademais, os documentos específicos como a DCNERER e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no Brasil foram consultados para maior domínio sobre a efetivação da Lei 10.639/2003. A metodologia adotada na investigação possui um caráter qualitativo, pois segundo Arilda Schmidt Godoy:

> Considerando, no entanto, que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques (GODOY, 1995, p. 57).

O trabalho elegeu como corpus de análise obras que pertencem à Literatura de temática afro-brasileira, com a premissa fundamental de terem sido escritas por mulheres negras. Além disso, estabeleceu-se a necessidade de que essas obras possuíssem uma temporalidade bem delimitada, um aspecto essencial para que funcionassem como fontes historiográficas válidas e fossem aplicadas no estudo de diferentes objetos de conhecimento no campo da História, em diferentes temporalidades da História do Brasil. Seguindo esses parâmetros, a análise concentrou-se em três obras representativas: Úrsula (1859), de Maria Firmina dos Reis; *Quarto de Despejo – diário de uma favelada* (1960), de Carolina Maria de Jesus; e *Olhos d'Água* (2014), de Conceição Evaristo. Seguindo a linha da decolonialidade para tratar a História do Brasil a partir de mulheres negras em seus contextos

históricos, essa abordagem visa centralizar a Literatura de temática afro-brasileira e as experiências da população negra dentro da História brasileira.

A relação entre a Literatura de temática afro-brasileira e o ensino de História

O aporte teórico norteador desta pesquisa se concentra na Literatura como fonte histórica e no estudo da Literatura de temática afro-brasileira, visando subsidiar o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, pensando também essa relação como prática pedagógica para a efetivação da Lei 10.639/2003. Partindo de uma perspectiva interdisciplinar que combina História, Literatura e Educação, busca-se explorar de que forma a Literatura pode ser utilizada como uma fonte primária para entender a História do Brasil a partir do que é narrado pela população negra.

O currículo, por sua vez, se torna um dos campos mais densos para trabalhar a Educação das Relações Etnico-Raciais, densidade essa que deriva precisamente de sua natureza política e seletiva: sendo o currículo tradicionalmente um território de transmissão da cultura dominante, ele se torna simultaneamente palco privilegiado para seu questionamento e sua desconstrução. A implementação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, é um exemplo paradigmático de intervenção decolonial, por trazer novas histórias ainda não contadas, de sujeitos/as que foram silenciados/as e excluídos/as dos currículos. Essa lei não propõe simplesmente a adição de conteúdos sobre um tema, mas exige uma reestruturação epistemológica do próprio currículo, desafiando a narrativa hegemônica eurocêntrica que durante séculos inviabilizou, estereotipou e inferiorizou a contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros.

Para tratar o currículo enquanto campo de disputa é possível basear-se na perspectiva de José Gimeno Sacristán (2010). Segundo ele, o currículo é compreendido como um constructo social e político que vai além de uma simples listagem de conteúdos a serem transmitidos. Ele se configura como um território demarcado por relações de poder, onde são definidos os saberes considerados legítimos e necessários para a formação dos/das indivíduos/as. Nessa ótica, não é neutro, mas uma seleção cultural que reflete interesses, valores e visões de mundo dominantes em determinado contexto histórico.

Ao operacionalizar esse currículo, a escola atua como instância de reprodução simbólica, impondo tanto aos/às professores/as – que devem seguir e transmitir tais conhecimentos – quanto aos/às estudantes – que devem assimilá-los – uma determinada ordem cultural e social. Dessa forma, o currículo funciona como dispositivo de regulação pedagógica, ao mesmo tempo em que organiza o processo educativo e estabelece os limites do que é considerado conhecimento válido, perpetuando determinadas estruturas sociais através do aparato escolar.

É urgente a necessidade de romper com a colonialidade do currículo, legado silencioso que ancora visões de mundo, saberes e hierarquias de poder oriundas do projeto colonial. Essa estrutura, que privilegia narrativas específicas como se fossem universais, atua pela exclusão, pela desvalorização e a invisibilização sistemática de outros modos de conhecer, sobretudo aqueles provenientes dos povos originários, das diásporas africanas e de comunidades subalternizadas. A perpetuação desse currículo eurocêntrico nega a pluralidade constitutiva das sociedades e reforça lógicas de inferiorização, impedindo que a educação cumpra seu papel de libertação e reconhecimento da pluralidade racial do nosso país. Pensar, portanto, em um ensino baseado na decolonialidade é um passo fundamental na desconstrução de desigualdades profundas, abrindo espaço para um currículo verdadeiramente plural, onde múltiplas cosmovisões coexistem, dialogam e transformam o processo educativo em uma experiência emancipatória.

Existem diversas interpretações sobre o que é ou o que pode ser considerado uma fonte histórica. Diante disso, foram utilizados os estudos de José D'Assunção Barros (2019) para tratar o conceito de fonte histórica:

> "Fonte histórica" é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente. As fontes históricas são as marcas da história. Quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de árvore de modo a que este sirva de sinalização aos caminhantes em certa trilha; quando um povo constrói seus instrumentos e utensílios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta – em todos estes momentos, e em muitos outros, os homens e mulheres deixam vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural (BARROS, 2019, p. 01).

A partir disso é possível compreender que a História e a Literatura estão intimamente ligadas, pois ambas se ocupam da memória humana: a História busca reconstruir o passado por meio de documentos, fatos e resquícios deixados pelas pessoas, enquanto a Literatura recria o passado através da imaginação e da sensibilidade. A fronteira entre História e Literatura é tênue, e muitas vezes elas se confundem, pois a História pode ser contada de forma literária e a Literatura pode se inspirar em fatos históricos. Essa perspectiva é fundamental para entender de que forma a Literatura pode ser utilizada como fonte histórica, enriquecendo nossa compreensão sobre os desdobramentos de determinado fato.

O uso da Literatura na área dos estudos historiográficos foi palco de muitos debates e desacordos entre historiadores/as antes do século XX. Mas a partir do movimento da Nova História iniciado pela Escola dos Annales, essa relação se tornou possível e abriu espaço para o reconhecimento da Literatura como uma fonte histórica. Como argumenta Zeloí Aparecida Martins dos Santos (2007), ela pode ser vista como um documento histórico que traz consigo memórias, experiências e culturas de um povo. A concepção de

Literatura utilizada como documento histórico também é aplicada ao ensino de História, que passou por transformações significativas na busca por deixar para trás os métodos tradicionais de ensino.

A historiadora e educadora Circe Bittencourt (2004) aponta a Literatura como ferramenta fundamental para o ensino de História:

> Para a história, esse referencial torna possível analisar textos literários como documentos de época, cujos autores (criadores das obras) pertencem a determinado contexto histórico e são portadores de uma cultura exposta em suas criações, seguidores de determinada corrente artística e representantes de seu tempo (BITTENCOURT, 2004, p. 342).

A Literatura de temática afro-brasileira, portanto, surge como uma expressão poderosa da resistência e da luta contra a opressão, a fim de visibilizar as experiências e perspectivas da população negra no Brasil. Segundo Eliane Debus (2018), essa Literatura tem o potencial de problematizar e desconstruir estereótipos, oferecendo representações positivas e complexas de personagens negras e elementos da cultura afro-brasileira enraizados na rica tradição oral africana. É influenciada pelo contexto histórico brasileiro de combate ao racismo e discriminação, utilizada como ferramenta antirracista, buscando desafiar a hierarquização dos textos literários tradicionais que narram a perspectiva de uma minoria que visa manter o status quo. Sobre o contexto histórico brasileiro, a autora afirma:

> A sociedade brasileira não é homogênea, embora as marcas das diferenças, muitas vezes, tenham sido apagadas em nome de uma política de branqueamento que, de certo modo, contribuiu para a construção de uma imagem idílica de uma sociedade não racista, o mito da democracia racial. Nos embates étnico-raciais vividos por crianças, jovens e adultos negros, por certo o do espaço escolar (Educação Básica e Ensino Superior) é o mais visível, como comprovam já algumas pesquisas (DEBUS, 2018, p. 39).

Isto posto, se faz necessário maior aprofundamento das práticas pedagógicas em História e Cultura Afro-brasileira e Africana, a partir da utilização dos conceitos propostos por Nilma Lino Gomes e Rodrigo Jesus no texto *As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa.*

> Entende-se que, para avançar na compreensão do desenvolvimento da política antirracista na educação por meio da implementação da lei 10.639/2003 e suas diretrizes curriculares nacionais, bem como conhecer seus limites, saber ações e opiniões de gestores, docentes e estudantes, faz-se necessário mapear e analisar as práticas pedagógicas que vêm sendo realizadas e ouvir os principais sujeitos desse processo (GOMES & JESUS, 2013, p. 22).

Entre as próprias determinações que constituem a Educação das Relações Étnico-Raciais pode-se encontrar no Parecer CNE/CP 3/2004, da professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2004):

> O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro. É um meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais e tem por objetivos o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiática. (BRASIL, 2004, p. 20).

As propostas de intervenção pedagógica deste trabalho dialogam diretamente com a determinação acima, uma vez que a ênfase na "articulação entre passado, presente e futuro" é fundamental. Essa abordagem rejeita a visão museológica da História negra, que a confina num passado de escravidão e sofrimento. Em vez disso, propõe uma consciência histórica dinâmica, onde resistências, inovações, contribuições e saberes do povo negro são entendidos como forças constitutivas e contínuas da sociedade brasileira. O presente é visto como herdeiro direto dessas construções, e o futuro, como um projeto a ser moldado com base nesse reconhecimento. Ao mencionar "experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades" o parecer insiste na diversidade intragrupal. Não existe uma única História ou cultura africana e afro-brasileira, mas uma pluralidade de vozes, tradições e epistemologias. Isso é um antídoto contra estereótipos e generalizações, exigindo um ensino rico, complexo e que dê voz à heterogeneidade da diáspora africana. O objetivo final explicitado – "reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas" – é um dos pilares para a desconstrução do mito da democracia racial. Ele não propõe a substituição de uma hegemonia por outra, mas a construção de uma pluriversidade. A nação brasileira é compreendida, de fato, como um projeto multicultural, cuja força reside no equilíbrio e no respeito entre suas diferentes matrizes formadoras. Isso não é um gesto de concessão, mas de justiça epistêmica e histórica.

Ainda tratando de práticas pedagógicas na efetivação da Lei 10.639/2003, este estudo também se baseou nas contribuições de Flávia Rodrigues Lima da Rocha (2022), uma destacada pesquisadora na área de estudos africanos e afro-brasileiros. Suas reflexões sobre a importância da inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos escolares servirão como um referencial teórico valioso para esta investigação. Através da análise de suas obras e pesquisas, este estudo buscará compreender como as práticas pedagógicas voltadas para a História e Cultura Afro-brasileira e Africana podem ser eficazes na promoção da diversidade cultural, combate ao racismo e construção da identidade negra. Além disso, suas contribuições orientarão a discussão sobre a relevância

da abordagem crítica e intercultural na Educação, enfatizando a necessidade de uma formação mais contextualizada e respeitosa com a diversidade étnico-racial. Segundo Flávia Rodrigues Lima da Rocha (2022):

> A educação antirracista com suas devidas práticas pedagógicas é uma estratégia antiga e eficiente do Movimento Negro brasileiro para educar a si mesmo e propagar os conhecimentos adquiridos nessa formação à sociedade em geral. Essa educação ocorre para além dos muros escolares, inclusive em espaços nem sempre legitimados pela educação institucionalizada, como espaços de sindicatos, associações e vários outros tipos de aquilombamentos que visam construir uma educação libertadora e anti-opressora (ROCHA, 2022, p. 85).

Por fim, sobre a necessidade de questionar o tratamento dado à História dos/das negros/as no Brasil, o professor Kabengele Munanga (2015) é indispensável:

> É a partir daqui que colocamos a questão da importância de ensinar a história da África e do negro na sociedade e na escola brasileira. É possível ensinar a História do Brasil sem incluir a história de todos os grupos étnico-raciais que aqui se encontraram em condições históricas diferentes e desiguais? De que maneira é ensinada ou foi ensinada a história da África e dos brasileiros de ascendência africana no sistema educativo brasileiro? A análise crítica da historiografia brasileira ainda existente mostra que essa história foi ensinada de maneira distorcida, e preconceituosa, comparativamente à história de outros continentes, principalmente do continente europeu e dos brasileiros de ascendência europeia (MUNANGA, 2015, p. 25).

A educação brasileira se desenvolveu por completo em um contexto racista, logo, a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, que já vem sendo imposta há 20 anos, deve mais do que nunca ser trabalhada. Em vista disso, práticas pedagógicas como a proposta aqui apresentada – que visa o uso da Literatura como fonte histórica para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana – desmistificam abstrações racistas em relação à população negra, combatendo a ideia de que o Brasil é um país racialmente harmonioso.

A História vivida e contada pela população negra ainda se posterga no ensino de História, sobretudo quando se trata das vivências de mulheres negras que, apesar dos avanços sociais e políticos ao longo dos séculos, continuam a enfrentar barreiras significativas no mercado de trabalho, muitas vezes permanecendo confinadas nos mesmos cargos e ocupações desde o período colonial. Para Nilma Lino Gomes, em *O movimento negro educador* (2017), a lentidão das políticas educacionais do Brasil em tratar da população negra no cotidiano escolar é uma demanda histórica urgente; em consequência disso, a Literatura de temática afro-brasileira escrita por mulheres negras é uma fonte histórica essencial que oferece uma visão única e autêntica de suas experiências e lutas ao longo dos tempos.

A Literatura como fonte histórica para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana a partir de obras escritas por mulheres negras

Ao incorporar obras de autoras como Maria Firmino dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo no ensino de História é possível revelar as nuances da realidade afro-brasileira que muitas vezes são ignoradas nas narrativas tradicionais. Esses textos não apenas documentam eventos históricos e contextos sociais, mas também refletem a resiliência, a resistência e a rica herança cultural das mulheres negras. Assim, a Literatura de temática afro-brasileira escrita por mulheres negras enriquece o currículo escolar e também desempenha um papel importante na desconstrução de estereótipos, na promoção da diversidade e na valorização da contribuição dessas mulheres para a formação da sociedade brasileira.

O Crua, especificamente o currículo do componente curricular História, foi a base para a preparação de quadros que tiveram como material de apoio as obras aqui já citadas, a partir do que está disposto nas competências e habilidades do Ensino Fundamental, Anos Finais, que é formado do 6° ao 9° ano, buscando destacar a Literatura como fonte historiográfica de determinados períodos históricos do Brasil. Para a execução desta pesquisa foram selecionados objetivos e objetos do conhecimento do currículo em análise para dialogar com as obras literárias. As obras foram alocadas como ferramentas didático-pedagógicas que podem ser encaixadas em diversos conteúdos do currículo acreano:

Quadro 01: 7° Ano

Objetivos	Conteúdos/Objetos de conhecimento		Obra	Maneira de abordar
Identificar, interpretar e comparar as formas de ocupação e organização das sociedades americanas, a partir da chegada de povos europeus.	Elaboração de questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas.	Questionar o legado escravista na formação das culturas e mentalidades na América.	Úrsula (Maria Firmino dos Reis)	Utilizar a autora Maria Firmina dos Reis como uma personagem histórica importante, que traz uma literatura abolicionista e denuncia o regime escravocrata, dando destaque a personagens negros/as e suas vivências.

Fonte: ACRE, 2018.

O livro Úrsula é ambientado no Brasil do século XIX, durante o período escravocrata. A sociedade brasileira era marcada pela opressão, pela violência e pelas rígidas hierarquias sociais. Maria Firmina dos Reis oferece um retrato detalhado dessa realidade, trazendo à tona as experiências de pessoas escravizadas e a brutalidade do sistema escravocrata. Primeiro romance abolicionista escrito por uma mulher no Brasil, a obra oferece uma crítica incisiva ao sistema escravocrata do século XIX e uma visão única da sociedade brasileira da época.

O uso dessa obra como fonte histórica é indispensável por destacar a desumanização dos/das escravizados/as através da narrativa de Túlio, um dos personagens centrais. Túlio é um homem negro escravizado que sofre inúmeras injustiças, simbolizando as violências às quais a população negra foi submetida. Ele luta contra as condições brutais de trabalho, os castigos físicos e a separação forçada de famílias, de forma a questionar a hegemonia branca, revelando a crueldade intrínseca ao sistema escravocrata. A narrativa de Maria Firmina dos Reis opera uma subversão profunda ao desmontar, através da literariedade, o ideário racista do século XIX que animalizava e inferiorizava a população negra. Contrapondo-se diretamente a esse discurso hegemônico, a autora humaniza personagens negros/as escravizados/as, como Túlio e Susana, constituindo arquétipos de dignidade e elevada moralidade, tornando ambos verdadeiras referências éticas da trama. Túlio, longe de ser uma figura bestializada, é apresentado como um homem de profunda nobreza de caráter, cujos monólogos interiores revelam uma consciência aguda sobre a injustiça de sua condição, a saudade de sua terra e a integridade que mantém mesmo na barbárie. Da mesma forma, Susana, a velha africana, é portadora de um saber ancestral e de uma lucidez filosófica que a coloca no papel de conselheira, deslocando o lugar da sabedoria do senhor de engenho para a mulher escravizada. Ao atribuir a esses personagens uma complexidade psicológica, memórias afetivas e um código de honra inabalável, Maria Firmina inverte a lógica perversa do sistema escravocrata: quem é descrito como 'selvagem' pela ordem vigente revela-se, na verdade, civilizado/a, enquanto os/as senhores/as, embora culturalmente 'civilizados/as', praticam a mais brutal selvageria. Essa construção narrativa não é um mero recurso romântico, mas um projeto político-literário claro: se a humanidade do/da negro/a era jurídica e socialmente negada, a Literatura atua como um tribunal alternativo, onde essa humanidade é reivindicada e erigida como modelo, desafiando o/a leitor/a da época a enxergar no/na escravizado/a não um objeto, mas um/uma sujeito/a de virtudes, sonhos e uma história digna de ser narrada e seguida.

A humanização literária que Maria Firmina dos Reis traz às suas personagens é um ato político que rompe com a narrativa do/da escravizado/a como mero/a agente passivo/a ou peça de um sistema, expondo a crueldade intrínseca do regime a partir de uma perspectiva que a historiografia tradicional ignorou: a de almas e corpos negros subjugados. Deste trabalho interpretativo emergem práticas pedagógicas concretas que

visam decolonizar o ensino de História. A obra pode ser colocada em diálogo com documentos oficiais da época, como leis, anúncios de jornal de venda de pessoas ou relatos de viajantes estrangeiros/as, permitindo aos/às alunos/as contrastar a visão do sistema com a experiência dos/das sujeitos/as que o sofreram. Atividades que estimulem a análise da construção de personagens Túlio e Susana, por exemplo, podem revelar como a autora lhes atribui uma complexidade psicológica, desejos e memórias, combatendo a representação desumanizante.

Mulher negra nascida em 1822 no Maranhão, Maria Firmina dos Reis escreveu sua obra em 1859, oferecendo uma perspectiva autêntica e uma crítica da realidade da escravidão no Brasil. Para ter seus textos publicados, a estratégia das mulheres escritoras no século XIX era ocultar o próprio nome; assim, Maria Firmina assinou seu livro apenas como "uma maranhense", provando-se novamente como uma mulher negra que não se intimidou em denunciar as condições atrozes às quais essa população era submetida.

Ainda tratando de mulheres negras importantíssimas, porém silenciadas pela História tradicional, Carolina Maria de Jesus é uma figura histórica marcante e uma das escritoras negras mais importantes do Brasil. Seu livro mais famoso, *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, publicado em 1960, é um relato poderoso de sua vida na favela do Canindé, em São Paulo. Trazendo sua obra para o ensino de História podemos trabalhar sua escrita como um importante registro histórico, explorando vários conteúdos do Crua, como o que pode ser observado no Quadro 02.

Quadro 02: 8° Ano

Objetivos	Conteúdos/Objetos de conhecimento		Obra	Maneira de abordar
Identificar e analisar as relações que na vida cotidiana são permeadas por preconceitos étnicos, especialmente indígenas e afrodescendentes.	Identificação dos mecanismos de inserção dos/das indígenas e dos/das negros/as na sociedade brasileira pós-abolição, avaliando os seus resultados.	A situação de indígenas e negros/as na sociedade brasileira pós-abolição.	*Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (Carolina Maria de Jesus)	Carolina de Jesus faz uma denúncia da falta de políticas públicas e das condições às quais a população negra foi submetida no pós-abolição. Assim, a obra pode ser utilizada para tratar temas como racismo ambiental e racismo estrutural.

Fonte: ACRE, 2018.

Baseada em seus diários, a autora expõe as dificuldades e os percalços enfrentados pela população negra, especialmente as mulheres negras. O livro teve um impacto profundo, tanto literário quanto político, ao denunciar o descaso ao qual a população negra foi submetida durante o dito 'governo do progresso' de Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961, período histórico em que Carolina escreveu seu diário, contando seu dia a dia na favela do Canindé.

Entre os anos 1950 e 1960 o Brasil passou por intensa urbanização, com migração em massa de populações rurais para os grandes centros urbanos. São Paulo e Rio de Janeiro, em particular, vivenciaram um crescimento explosivo, e a falta de planejamento urbano fez com que milhões fossem empurrados/as para as periferias e favelas, onde enfrentaram condições precárias de vida. *Quarto de Despejo* é um documento vivo dessa experiência, oferecendo relatos detalhados sobre as lutas e principalmente a resistência da população negra.

O governo de Juscelino Kubitschek ficou famoso por seu projeto de modernização acelerada, simbolizado pela construção de Brasília. Seu plano de desenvolvimento buscava transformar o Brasil em uma nação industrializada e 'moderna'. Porém, esse progresso foi desigual. Enquanto setores industriais e de classe média se beneficiaram, as pessoas pobres como Carolina de Jesus permaneceram marginalizadas, enfrentando dificuldades extremas, em meio a promessas de um futuro brilhante. A autora nos traz uma perspectiva visceral desse progresso, que não passava de promessas que não se efetivaram em melhorias reais para as populações marginalizadas.

Milhões de pessoas como Carolina Maria de Jesus permaneceram fora das discussões sobre cidadania plena. Seu diário expôs a contrapartida brutal desse projeto: a população negra, tratada como lixo humano, era literalmente confinada no "quarto de despejo" da nação, sofrendo com a fome, a violência policial e o completo descaso do Estado. A importância historiográfica que a autora representa inicia pelo fato de sua obra ser narrar as vivências de uma mulher negra, mãe solo e pobre. Esse ponto de vista que era (e permanece sendo) raro nas produções literárias ou documentais da época o torna uma janela única para entender a História do Brasil a partir da perspectiva da população negra. Carolina oferece um olhar interno das dificuldades enfrentadas por mulheres que sustentam suas famílias enquanto lidam com a opressão e o racismo impregnado na sociedade, mas que mesmo diante das turbulências, permanece firme e disposta a dar o melhor de si para seus filhos e filhas.

Dessa ruptura emergem práticas pedagógicas concretas e transformadoras. Em sala de aula, o livro pode ser o eixo de uma pedagogia decolonial, na qual os/as estudantes são convidados/as a contrastar a narrativa hegemônica dos "50 anos em 5" com o testemunho de Carolina, problematizando conceitos como desenvolvimento, cidadania e democracia. Propõe-se, assim, uma educação histórica que valorize as fontes primárias de autores/as subalternizados/as, promovendo a leitura crítica de diários, cartas

e memórias como documentos históricos legítimos. Além disso, *Quarto de Despejo* incentiva a produção de narrativas autobiográficas pelos/as próprios/as alunos/as, permitindo que reconheçam suas realidades como parte constitutiva da História e desenvolvam uma consciência crítica sobre as estruturas sociais que os/as rodeiam, formando leitores/as de História e também sujeitos/as capazes de reescrevê-la a partir de suas próprias experiências e lutas.

Na contemporaneidade, Conceição Evaristo é uma figura central da Literatura brasileira e uma fonte histórica essencial para compreender as experiências de mulheres negras no Brasil. Sua literatura é uma forma de resistência e denúncia; seus textos abordam temas como a violência contra mulheres negras, a exclusão social e a busca por identidade e ancestralidade. Ao fazer isso, ela não apenas registra vivências, mas também desafia narrativas dominantes que frequentemente ignoram ou distorcem perspectivas. Conceição Evaristo também utiliza sua escrita para resgatar e valorizar a ancestralidade africana no Brasil, em um país marcado pelo apagamento histórico da cultura negra. Sua obra se torna ferramenta poderosa para recuperar memórias e histórias que foram silenciadas. Assim, inseri-la no ensino de História permite abordar temáticas essenciais, como mostra o Quadro 03.

Quadro 03: 9° Ano

Objetivos	Conteúdos/Objetos de conhecimento		Obra	Maneira de abordar
Identificar, contextualizar e posicionar-se criticamente frente a atitudes de desrespeito e violação dos direitos humanos.	Identificação e discussão das diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo e repudiando quaisquer situações e formas de preconceito e violência.	Diversidades identitárias do século XXI.	*Olhos d'Água* (Conceição Evaristo)	Os contos da autora trazem a discriminação de gênero e raça afetando a vida das mulheres historicamente, especialmente no Brasil. No ensino, pode-se criar um paralelo entre as situações descritas no livro e os debates históricos sobre a luta das mulheres negras por igualdade.

Fonte: ACRE, 2018.

A escrita de Conceição Evaristo carrega uma profundidade literária e histórica notável. Lançada em 2014, sua obra *Olhos d'Água* é uma coletânea de 15 contos que traçam um panorama das vivências de pessoas negras e marginalizadas no Brasil contemporâneo,

mostrando que, apesar do passar dos anos, a população negra ainda precisa resistir às opressões cotidianas às quais é submetida. A autora trabalha a partir do conceito de *escrevivência*, uma escrita que se nutre das experiências vividas por mulheres negras, explorando suas dores, lutas e resistências. O conceito, de acordo com Conceição Evaristo, não é apenas um estilo literário, mas um posicionamento político que denuncia opressões estruturais e celebra as resistências cotidianas.

No conto *Ayoluwa, a alegria do nosso povo*, ela apresenta o nascimento de uma criança como esperança e renovação para a população negra. O texto é um grito de ancestralidade e resiliência, mostrando que mesmo em meio a séculos de opressão, a população negra resiste e louva sua ancestralidade em África.

A obra é um exemplo literário que transcende o campo da ficção, oferecendo perspectivas sociais e históricas. Sua abordagem é excepcional ao explorar momentos-chave da História brasileira e compreender processos históricos contemporâneos. A memória e a ancestralidade africana permitem que os/as estudantes explorem a cultura afro-brasileira em suas dimensões de resistência e preservação identitária. O texto corrige omissões da História oficial que sempre negou a participação ativa do movimento negro na reivindicação de políticas públicas e melhores condições de educação, saúde e qualidade de vida. Daí emergem práticas pedagógicas concretas que transformam a sala de aula em espaço de ressignificação identitária, como a realização de oficinas de *cartas para Ayoluwa*, onde os/as alunos/as são convidados/as a escrever mensagens para as futuras gerações, refletindo sobre os legados de luta e os sonhos de sua comunidade; ou a criação de um *baú de ancestralidade*, um projeto de pesquisa incentivando os/as estudantes a buscar em suas próprias histórias familiares e comunitárias os saberes, as práticas culturais e os nomes que carregam a memória da resistência, conectando a narrativa ficcional às suas realidades pessoais. Dessa forma, o texto de Evaristo deixa de ser um objeto de estudo passivo para se tornar um catalisador que permite aos/às alunos/as corrigir ativamente as omissões da História oficial, compreendendo a cultura afro-brasileira não como um elemento folclórico, mas como projeto contínuo e dinâmico de existência e reexistência.

Olhos d'Água não é apenas uma obra literária: é um convite à transformação educacional. Sua inclusão no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é um passo fundamental para que a escola seja um espaço de reconhecimento e aceitação das identidades étnico-raciais. Conceição Evaristo é símbolo de resistência para as mulheres negras e carrega consigo o legado e o sonho de suas ancestrais, que se opuseram à hegemonia branca de seu tempo e escreveram, a partir de suas realidades, denunciando sua insatisfação diante de uma sociedade racista e patriarcal. A autora narra histórias de luta, dor e amor, inspirando novos olhares para o passado e o presente, preparando os/as jovens para construir um futuro mais igualitário e humano.

Considerações finais

Em conclusão, trabalhar as obras de escritoras negras em sala de aula não é apenas uma prática pedagógica; é um ato de resistência étnico-racial e de justiça epistêmica. Essas autoras desafiam o silenciamento imposto pela sociedade e constroem narrativas que fortalecem a identidade afro-brasileira e a luta do movimento negro ao longo dos anos, mostrando que, ao contrário do que nos foi ensinado, a população negra nunca se manteve submissa, mas sempre buscou forças em sua ancestralidade para resistir e construir uma realidade e um futuro no qual pudessem cada vez mais se orgulhar de suas identidades, saberes e culturas. Incorporá-las no ensino é um passo fundamental para formar cidadãos/ãs conscientes e críticos/as, motivados/as por uma educação antirracista.

Estes estudos buscaram demonstrar a importância da Literatura como ferramenta pedagógica utilizada enquanto fonte histórica para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana sob outra perspectiva. Contribuindo significativamente para a promoção da educação antirracista, esse processo exige um trabalho contínuo, no qual educadores/as antirracistas criem condições para a efetivação de uma educação que priorize o rompimento com os tradicionais métodos do ensino de História, que costumeiramente priorizam a versão daqueles/as que se tornam 'heróis/heroínas', silenciando e descartando versões da História que contrariem aquela contada por eles/elas. Assim a população negra brasileira poderá confrontar sua realidade e ter acesso a uma historiografia que traga os fatos a partir do que é visto e escrito por ela própria.

Recebido em: 12/08/2025; Aprovado em: 08/10/2025.

Referências

ACRE. Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte. *Currículo de Referência Único do Acre*. Rio Branco: SEE-AC, 2018.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única.* São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BARROS, José D'Assunção. *Fontes Históricas* – uma introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história*: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira*. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Brasil.* Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira", e dá outras providências. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 10 jan. 2025.

DEBUS, Eliane. *A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens*: lendo Joel Rufino dos Santos, Rogério Andrade Barbosa, Júlio Emílio Brás e Georgina Martins. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2018.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

JESUS, Carolina Maria. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

GOMES, Nilma Lino & JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico raciais na escola na perspectiva de lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. *Educar em Revista*. Curitiba, n. 47, p. 19-23, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/QFdpZntn6nBHWPXbmd4YNQf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2025.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador.* Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GODOY, Arilda Schmidt. *Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidade*s. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? In: PEREIRA, Amílcar Araújo & MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). *Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas*. São Paulo: Selo Negro, 2015.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras.* (Org.: Alex Ratts). Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

OLIVEIRA, Luís Fernandes de & CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Revista Crítica Latinoamericana*, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 123-140, 2010.

REIS, Maria Firmina dos. Úrsula. 1 ed. Império do Brasil: Editora San'Luiz, 1859.

ROCHA, Flávia Rodrigues Lima. *Práticas pedagógicas em educação das relações étnico-raciais em escolas do estado do Acre*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2022.

SANTOS, Zeloí Aparecida Martins dos Santos. História e Literatura: uma relação possível. *Revista Científica/FAP*, Ano 2, v. 2, 2007.

WALSH, Catherine. *Pensamiento crítico y matriz (de)colonial.* Reflexiones latinoamericanas. Quito: Abya-yala, 2005.